

A formação do campo de pesquisa em sociologia da violência no Brasil

Entrevista com Sérgio Adorno

por Felipe Eduardo Lázaro Braga, Felipe Nery Alves Pinto e Ricardo de Almeida

O Brasil é um país profundamente violento: de acordo com o Mapa da Violência 2015, o país registrou em 2012 mais de 42 mil vítimas fatais em decorrência do uso de arma de fogo; segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2013, foram contabilizados mais de 50 mil estupros só em 2012; o Infopen 2014 nos informa que o sistema penitenciário brasileiro já abriga mais de 600 mil pessoas (taxa de ocupação de 161%).

As estatísticas oficiais retratam um panorama verdadeiramente desolador, e são informação suficiente para gerar profunda consternação pública. No entanto, o fenômeno “violência” é, lamentavelmente, maior do que o fenômeno “crime”: a agressão, a subordinação e o cerceamento de direitos podem assumir formas sutis e encobertas que, à primeira vista, destoariam da imagem coletiva que compartilhamos sobre a violência, a injustiça, e o desrespeito aos direitos humanos. As profundas assimetrias econômicas do país são violentas; a conduta discriminatória contra minorias simbólicas é violenta; a maneira desastrosa com que o Estado administra a criminalidade é, em si, extremamente violenta. A grande verdade é que a violência transcende em muito a mera agressão física e psicológica, caracterizando um fenômeno complexo, multifacetado, e, principalmente, desafiador.

Para discutir esse tema de maneira qualificada, a Primeiros Estudos entrevistou o Prof. Dr. Sérgio Adorno, um dos mais importantes sociólogos brasileiros, e antigo diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Na entrevista, o professor fala sobre a criação e cristalização do NEV- Núcleo de Estudos da Violência, discute as propostas de alteração das políticas públicas de drogas, opina sobre a flagrante seletividade penal que caracteriza a realidade carcerária do país e, claro, discorre sobre sua singular trajetória acadêmica e profissional.

Primeiros Estudos: *Por que o senhor optou pelo curso de ciências sociais para a graduação?*

Sérgio Adorno: Quando eu tinha 17 para 18 anos, em 1968 ou 69, em plena ditadura, eu estava muito na dúvida. Meus pais queriam que eu fizesse direito, mas eu, claro, tinha uma forte inclinação por humanidades. Eu tinha feito um curso que, na época, era o curso clássico, porque o segundo grau naquela época tinha três divi-

sões: o curso normal, que era voltado para a formação de professores e professoras da escola básica; o curso científico, que era uma formação mais voltada para os que iriam para as áreas de exatas; e o curso clássico, que era para quem ia geralmente para a área de humanidades.

Eu fiz minha formação em escola pública, uma escola pública de excelente qualidade. O curso clássico era muito forte na área de línguas e literatura e, sobretudo, história. Eu queria entender o que estava acontecendo no país e, para isso, era preciso conhecer e estudar o Brasil. Meu interesse foi justamente compreender a sociedade brasileira, em especial o debate sobre para onde a sociedade caminhava. Foi por esse motivo que eu escolhi fazer Ciências Sociais. E, claro, era um curso que contava com grandes referências, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni.

Eu tinha tido aula [no curso clássico] com professores que haviam feito Ciências Sociais ou História, oportunidade que fazia com que o aluno já conhecesse mais ou menos o estilo do ensino nas Ciências Humanas, sobretudo na USP. Para vocês terem uma ideia, durante minha formação de curso clássico eu já lia Celso Furtado, lia Caio Prado Jr. Então eu cheguei na USP e eu não estava completamente divorciado do que se passava no curso de Ciências Sociais. É claro que ainda foi um choque, você tem 17 para 18 anos e começa a ler autores e obras que você nunca tinha imaginado. Mas, de todo modo, era a ideia de tentar compreender histórica e sociologicamente a sociedade brasileira que estava no meu horizonte.

Primeiros Estudos: *Quais foram os professores que mais o influenciaram durante a graduação?*

Sérgio Adorno: Eu fiz o vestibular de 70 para 71, então quando entrei na graduação os grandes mestres daquela época, o Florestan Fernandes, o Fernando Henrique, o Otávio Ianni, já tinham sido arbitrariamente aposentados pela Ditadura Militar. Mesmo assim, eu fui herdeiro dessa tradição, porque fui aluno dos principais assistentes da época e que trabalharam diretamente com esses mestres: os professores José de Souza Martins, Gabriel Cohn, Luiz Pereira, José Carlos Pereira, Leôncio Martins Rodrigues. Também as professoras mais jovens, mas que tinham trabalhado diretamente sob orientação desses mestres, as professoras Heloísa Martins, Maria Helena Augusto, Maria Célia Paoli, Irene Cardoso. Então eu tive aulas com essa geração que foi, na verdade, intermediária entre a minha geração e a geração do Florestan, do Fernando Henrique etc. Eu pude me desenvolver dentro dessa tradição, o que foi marcante para minha formação.

Primeiros Estudos: *E quais intelectuais o influenciaram durante a graduação e continuaram exercendo influência nos estágios subsequentes de formação?*

Sérgio Adorno: Acho que há uma preliminar importante para explicar. Nós vivíamos uma época em que entender o passado era fundamental para compreender o presente; entender o passado era entender as raízes escravistas da sociedade brasileira, entender como se deu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como se formaram as classes sociais, como se deu o processo de urbanização, industrialização, como se deu a reorganização do trabalho não só na cidade, mas também no campo. Isso para nós era fundamental.

Por quê? Porque nós acreditávamos que compreendendo as raízes e os problemas da sociedade brasileira até aquela época, poderíamos entender quais seriam os desdobramentos futuros. Nós queríamos entender a marcha da revolução burguesa no Brasil e, fundamentalmente, queríamos saber se da revolução burguesa chegaríamos, por exemplo, a uma sociedade socialista. Era uma coisa muito clara na nossa formação.

E os intelectuais eram aqueles que nos ajudavam com sua experiência e com as leituras a desenvolver pistas de investigação. Eu tive dois ou três grandes mestres, Prof^o. José de Souza Martins, quem teve um papel muito importante na minha formação, e o Prof^o. Gabriel Cohn, que depois foi o meu orientador na tese de doutorado. Foram dois intelectuais muito marcantes na minha formação por várias razões: pela solidez intelectual, por serem muito dedicados ao ensino e à formação de novos pesquisadores, de novos estudantes, e porque eram intelectuais que transmitiam para o aluno essa ideia de que conhecer significava, fundamentalmente, pesquisar. E que pesquisar significava consultar fontes, significava ouvir diferentes atores, significava aplicar métodos à investigação de realidades sociais. Então tudo isso foi extremamente importante. Mas é claro, eu convivi também com o Prof. Francisco Weffort, com o Prof. Luiz Pereira, já mencionei também Prof. Leôncio Rodrigues, os Profs. Lucio Kowarick, Ruth Cardoso, Eunice Durham, Heloísa Martins. Todos eles foram intelectuais que tiveram um peso muito grande na minha formação. E depois eu fui conhecendo, pouco a pouco, outros que vieram a se tornar meus colegas do Departamento de Sociologia e que também me ajudaram muito.

Para vocês terem uma ideia, com a Prof^a. Maria Célia Paoli, eu e alguns colegas conseguimos formar um grupo de estudos; realizamos pesquisa financiada pela FAPESP sobre egressos penitenciários. Tínhamos também um programa de trabalho que consistia em um conjunto de leituras que nós fazíamos toda semana para poder criar uma perspectiva teórica para entender essa situação que estávamos observando. Não havia uma tradição de observar indivíduos envolvidos com o mundo

do crime, que haviam sido encarcerados. Não havia essa tradição no Brasil. A grande tradição era estudar trabalhadores urbanos ligados sobretudo à indústria. Não só, mas também trabalhadores rurais. Então eu e um grupo de colegas se interessou por entender um pouco a situação desses que haviam sido condenados pela justiça, haviam cumprido pena e haviam saído da prisão, e por tentar entender os problemas de reintegração social. Nós lemos os clássicos da Sociologia, e lemos Foucault, Hannah Arendt, Goffman. Fomos ampliando nosso horizonte intelectual. Isso foi muito marcante na minha formação.

Eu tive excelentes professores, que me transmitiram certos preceitos, mas sobretudo eu não recebi o conhecimento dado, eu recebi as orientações seguras para poder estudar e investigar. E isso é algo que eu sempre gosto de deixar para os alunos: eu aprendi que nunca vou conhecer tudo, mas sei como ir buscar informações, identificar fontes documentais. Para mim foi fundamental isso. Ir atrás das fontes e, sobretudo, escutar, como escutar os atores sociais, como observar os sinais às suas voltas. Isso para mim foi marcante, muito menos o conhecimento dado, e mais a possibilidade de construção de uma perspectiva teórica, metodológica, conceitual que, de alguma maneira, fundamentou os caminhos trilhados mais a frente.

Primeiros Estudos: *Em uma entrevista concedida para o Celso Castro no Cepedoc, o senhor falou que não havia tanta ênfase em pesquisa enquanto o senhor estava na graduação. O senhor pode comentar um pouco sobre como foi a sua trajetória como pesquisador, e o seu diagnóstico em relação à situação atual da pesquisa, especificamente na graduação?*

Sérgio Adorno: Vamos lembrar que eu vivi em uma época muito específica. Era uma época muito difícil, com a cassação de docentes, então imaginem que os professores que permaneceram tiveram que assumir todas as tarefas dos catedráticos, que eram tarefas de responsabilidade. Muitos foram investidos de responsabilidades já no começo de suas trajetórias acadêmicas. Quando eu entrei, de modo geral, ainda era muito claro o seguinte: ensino e pesquisa só iam ser desenvolvidos na pós-graduação. Na graduação, em geral, o aluno estudava, lia os textos, eventualmente ele fazia pesquisa em algumas disciplinas – disciplinas de metodologia, ou algumas disciplinas optativas onde o professor nos orientava a realização de pesquisas. Agora, um programa deliberado para de introduzir o aluno da graduação na pesquisa, naquela época, ainda era muito incipiente. Quando ingressei na USP como aluno [na graduação], eu me interessei por pesquisa, a pesquisa é emocionante. Você poder ouvir pessoas, descobrir modalidades de ação e estilos de vida, pesquisar nos arquivos, esse entusiasmo que conduz a descobertas é algo que a graduação nos en-

sinou. Havia uma disciplina que se chamava “Relatos de Pesquisa”, era assim: toda semana tinha um professor ou professora que contava como havia realizado sua investigação: “Bem, meu objeto é esse, eu comecei a fazer uma pesquisa assim, etc”. Era maravilhoso, porque se vivia concretamente a experiência de como a pesquisa era feita nos mais diferentes campos especializados das ciências sociais e a respeito dos mais distintos objetos. Hoje, ao retornar à sala de aula, eu gostaria de poder alcançar o mesmo propósito; isto é, dar voz a esses relatos, convidar colegas e alunos para relatar suas pesquisas. Naquela época, portanto, a pesquisa, o ensino da pesquisa estava mais na pós-graduação. Hoje, 20 anos depois, 30 anos depois – minha tese de doutorado já fez 30 anos – eu acho que é muito claro para todos nós que o ensino da pesquisa tem que estar presente já na graduação. Esses programas de iniciação científica, esses programas de monitoria nos quais o aluno acompanha o andamento de pesquisa de docentes, são fundamentais. Eu acho que melhorou muito, o aluno de hoje é melhor preparado para pesquisa do que era antes. E quando eu falo em pesquisa, estou falando em um amplo sentido, desde a pesquisa bibliográfica, que requer metodologia própria e quando se tem de aprender a lidar com o texto, de analisa-lo, até a investigação empírica propriamente dita, com suas diferentes modalidades e emprego de diferentes metodologias e técnicas, como são os seus surveys, as entrevistas, os levantamentos com fontes documentais. Deve haver ainda, eu suponho, uma parte dos alunos que chega ao final da graduação sem ter tido uma experiência concreta de pesquisa. Isso talvez se deva ao fato de que a maioria dos programas de iniciação científica são programas de bolsas, e nós sabemos que esses programas de bolsa não são suficientes para atender todos os alunos. Ainda assim, há muitos alunos envolvidos em pesquisa que não necessariamente tem bolsa. Eu acho, eu não sei quantificar isso hoje, mas eu acho que se compararmos o que foi a minha experiência e o que é a experiência hoje, nós avançamos muito. O aluno tem um preparo melhor, mas acho que talvez ainda seja insuficiente.

Primeiros Estudos: *Sobre a Primeiros Estudos, nós somos uma revista que publica artigos e trabalhos que são resultado direto de pesquisas de alunos de graduação. Qual a importância que uma revista dessa natureza tem para os jovens pesquisadores, em sua opinião?*

Sérgio Adorno: Para mim é fundamental, pelo seguinte: uma das características essenciais do aprendizado científico e acadêmico é a clareza. Saber transmitir as ideias de uma maneira clara, com objetividade, com uma argumentação sólida e com a possibilidade de tirar conclusões é indispensável, e uma revista ensina ao aluno que a ciência se expressa através de uma linguagem determinada. Essa linguagem

requer a observância de convenções, de regras, de um certo habitus vigente na comunidade de cientistas sociais. Quer dizer, quando você está fazendo um seminário, um evento acadêmico, você tem uma lógica de exposição: você tem que explicar qual é o seu problema de investigação, como você construiu seu problema de investigação, como você foi à bibliografia especializada, que conclusões você tirou da leitura da bibliografia especializada, como é que você construiu seu problema, desenhou uma investigação empírica, como você coletou seus dados, como você submeteu os seus dados à análise sociológica, e para tudo isso há convenções acadêmico-científicas.

Nas nossas áreas de Ciências Humanas, essas convenções são diferentes das chamadas “hard sciences”. Nestas, a linguagem é muito formal. Por exemplo, as publicações nessas áreas são muito claras, há introdução, objetivo, material e métodos, resultados, discussão e conclusões. Em especial, nas publicações em inglês, toda exposição e o texto são rigidamente formatado. As nossas ciências [humanas], ainda que tenham também habitus e convenções, elas são menos formais, o que não quer dizer que sejam menos rigorosas. Você tem estilos que variam: uma coisa é o estilo de um historiador, outra coisa é o estilo de um crítico de literatura, outra coisa é um antropólogo em seu labor etnográfico. Há estilos diferentes, e isso faz com que nossas convenções sejam menos, vamos dizer assim, “inflexíveis”.

Eu acho que em uma experiência de publicação, desde a graduação, já vai introduzindo o aluno no universo da comunicação científica, e vai permitindo que você saiba falar e transmitir a sua mensagem para públicos acadêmicos e não-acadêmicos. Quando eu fiz Ciências Sociais, quanto mais “sociologuês” você falasse, melhor, porque aí eram só os entendidos que liam. Eu confesso que hoje releio alguns textos do passado e digo: “Como é que a gente lia e gostava desses textos?”. Hoje é diferente. Hoje você tem que aprender a falar substantivamente, com rigor conceitual, mas de uma maneira que o público leigo e o público acadêmico possam compreender.

Primeiros Estudos: *O senhor poderia contar um pouco sobre a formação e consolidação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), e qual o impacto do NEV para pensar o fenômeno da violência no país?*

Sérgio Adorno: A minha trajetória foi mais ou menos assim: eu terminei a graduação e eu tinha feito esse trabalho sobre egressos penitenciários. Então recebi um convite para trabalhar em um instituto chamado Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (IMESC). É um órgão do Estado que faz perícias para o Poder Judiciário, e tinha também uma pequena equipe técnica que fazia àquela época pesquisas. Quando eu cheguei lá, eu comecei a me entusiasmar e elaborar alguns projetos junto com alguns colegas. Também, àquela época, propôs à superintendên-

cia do Instituto a criação de uma revista que se chamava “Temas e IMESC – Direito, Saúde e Sociedade”, e para isso eu consegui criar um comitê editorial que contava com a participação, eu não vou lembrar todos os nomes, mas da Prof^a. Ruth Cardoso, do Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, da Profa. Teresa Caldeira, do Prof^o. Paul Singer, enfim, havia vários, era uma equipe de intelectuais de excelência. E eu fazia reuniões periódicas, lia e distribuía os textos encaminhados, editava a revista, etc. Nesse período, eu entrei em contato com o Prof^o. Paulo Sérgio Pinheiro, que era entusiasta da criação de um centro de pesquisa na USP para estudar violência e direitos humanos. Durante dois anos eu tive licença do cargo que eu ocupava no IMESC para concluir o curso de pós-graduação. Eu tive uma bolsa da FAPESP para fazer o mestrado – e acabei fazendo o doutorado direto naquela época. Quando eu terminei o doutorado, pouco tempo depois abriu um concurso na USP. Eu prestei o concurso, fui aprovado e, quando eu ingressei nos quadros da USP, voltei a me encontrar com o Prof^o. Paulo Sérgio Pinheiro. Aí o Paulo Sérgio falou que queria criar um centro de estudos sobre direitos humanos, mas nós ficamos com receio, ele particularmente, já que esse propósito poderia se confrontar com a Faculdade de Direito. Então, para evitar esse confronto, nós resolvemos criar um Núcleo de Estudos de Violência. Na verdade, o foco residiu, desde sua criação, no estudo das relações entre democracia e direitos humanos, e o desafio que a persistência das graves violações dos direitos humanos – e a violência de modo geral – propunham para a consolidação democrática no Brasil.

Primeiros Estudos: *Isso em que ano, professor?*

Sérgio Adorno: Isso foi em 1987. Durante três anos nós tivemos apoio da fundação Ford; eu, o Prof^o. Sedi Hirano, e alguns outros professores desenvolvemos projetos de pesquisa, nós começamos a trabalhar e depois o projeto coletivo cresceu. Foi ficando cada vez mais claro para nós que o nosso problema não era o crime propriamente dito sob uma perspectiva criminológica. Contudo, o fato de termos passado por uma ditadura, por um período de transição e consolidação democráticas chamava a atenção para uma singularidade da sociedade brasileira: ao contrário do que havia acontecido em outras experiências de transição na Europa ocidental, a democratização nesta sociedade não foi acompanhada de processos internos de pacificação. Se você acompanha a história europeia, a história norte-americana, de modo geral, o que aconteceu? A construção dessas sociedades modernas foi acompanhada do monopólio estatal legítimo da violência; um conjunto de instituições foram, bem ou mal, reorganizadas para serem capazes de mediar conflitos, muitas vezes conflitos que em passado recente resultavam em desfechos fatais. Por exemplo, em todas as sociedades em que essa pacificação foi possível, houve reforma da polícia. A polícia

foi modernizada em várias direções e um dos requisitos da modernização da polícia foi restringir o uso abusivo da força física. Então ficou muito claro para nós, a partir daquele momento, que nosso problema consistia – e ainda consiste - nos desafios que a violência, sobretudo das graves violações dos direitos humanos, representava para a persistência e para a consolidação da democracia no Brasil.

Durante muito tempo nós trabalhamos com algumas modalidades de graves violações de direitos humanos: violações praticadas por policiais em exercício de suas atribuições de contenção da ordem pública, ou seja, o uso abusivo de força pela polícia; trabalhamos com a violência endêmica na sociedade, estudando, por exemplo, casos de linchamentos e execuções sumárias praticadas por grupos de extermínio que muitas vezes envolviam policiais civis e militares, além de pessoas civis; começamos a estudar também a violência contra crianças. Há alguns anos, assassinatos de crianças e adolescentes estavam criando uma imagem externa da sociedade brasileira, segundo a qual nela as crianças não era objeto de atenção e proteção; então dedicamos um grande período do nosso trabalho para estudar a violência contra crianças e adolescentes; e começamos também a estudar a violência no campo. Depois nós deixamos a questão da violência no campo, pois nos pareceu um objeto muito complexo, exigiria pessoas especializadas no campo da sociologia agrária; por exemplo, na ausência desses estudiosos, era difícil entender exatamente como era a dinâmica dos conflitos no campo. Um pouco mais à frente, abandonamos a pretensão de estudar essa sorte de conflitos. Acabamos nos concentrando em conflitos urbanos; fomos desenvolvendo vários projetos ao longo do tempo, mas o foco foi sempre esse: a persistência da violência e das graves violações dos direitos humanos comprometendo o futuro da democracia no Brasil.

Eu, particularmente no Núcleo, me dediquei muito durante um certo tempo ao estudo da polícia, mas sobretudo ao estudo do papel do judiciário. Fiz estudos sobre a organização judiciária, sobre o julgamento de crimes, porque até pouco tempo era uma das instituições brasileiras menos estudadas, isso do ponto de vista empírico. Havia estudos teóricos, ensaios, mas estudos empíricos que examinassem a organização, que estudassem, por exemplo, o perfil do judiciário e sobretudo analisassem o fluxo de processos, isso praticamente não existia. Hoje já avançou mais, já temos pesquisadores altamente qualificados, como uma colega do antigo Departamento de Ciências Sociais, a Prof^a. Maria Tereza Sadek, que é uma das maiores referências brasileiras no estudo do Poder Judiciário. E claro, o Núcleo, desde que surgiu, procurou aliar a investigação científica com as intervenções no debate público: buscamos, em grande medida, realizar pesquisa aplicada. Nós procuramos, através dos resultados da pesquisa, pelo menos três tipos de intervenção: intervenção no de-

bate público no sentido de problematizar o senso comum, a famosa discussão sobre “direitos humanos” e “direitos de bandidos”; em segundo lugar, também buscamos contribuir para a formulação de políticas públicas, não só de segurança e justiça, mas políticas públicas de direitos humanos que pudessem de alguma maneira mudar a cultura de direitos no Brasil. Assim, fizemos alguns projetos para organizações governamentais e não-governamentais. Como sempre dizemos: nós trabalhamos com governos democraticamente eleitos e que sejam favoráveis a direitos humanos, não importa qual partido esteja no comando do governo, importa que os governantes tenham sido democraticamente eleitos e estejam comprometidos com a proteção de direitos humanos.

Fizemos o relatório sobre o Pacto dos Direitos Civis e Políticos; o Brasil havia participado das discussões em âmbito da ONU para a formulação desse Pacto, porém até recentemente não era signatário. Realizamos o Relatório que acabou culminando com a adesão do governo brasileiro. O Brasil foi o segundo país do mundo a se comprometer com um plano nacional de direitos humanos, isso aconteceu no governo Fernando Henrique Cardoso. Inicialmente nós fizemos enorme levantamento, pelo Brasil afora, ouvindo diferentes segmentos de cidadãos e cidadãs, ouvindo as demandas da população no tocante ao controle da violência e proteção dos direitos. Reunimos a coleção de demandas em robustecido Relatório, o qual foi encaminhado ao governo federal, que o transformou em um plano nacional de direitos humanos.

O primeiro Plano foi muito criticado, como era esperado. Em resposta, afirmamos: olha, a transformação do Relatório em Plano governamental é uma decisão política. O que nós fizemos foi recolher e organizar as demandas, agora o governo é que tomou a decisão selecionar quais demandas seriam contempladas. Lembro de que uma das maiores críticas era que não tinham sido contemplados direitos homoafetivos. Então uma das características do Núcleo foi sempre essa: aliar a pesquisa científica à transformação da sociedade através da mudança de mentalidades, através de políticas públicas mais consequentes e afinadas com direitos humanos.

Por fim, o propósito de colocar esse conhecimento à disposição da sociedade para que pudesse ser apropriado pelos cidadãos e cidadãs, formadores de opinião, tomadores de decisão de forma que tais atores pudessem atuar como agentes disseminadores de conhecimento. Um dos exemplos, foi a edição da Série Polícia e Sociedade, publicada pela EDUSP. Em 11 volumes, reuniu-se o que de melhor havia no debate internacional sobre polícia. Essa série é hoje bibliografia de referência para concursos e processos seletivos de policiais, civis e militares, em todo o Brasil.

Hoje o Núcleo deixou de fazer várias ações porque existem outras organizações que estão fazendo com muita competência. Por exemplo, o Fórum Brasileiro

de Segurança faz muito bem as tarefas de coletar e organizar dados e, dessa forma, influenciar as agendas políticas daqueles órgãos governamentais responsáveis pela aplicação de leis e de direitos. É claro que, lado a lado a esses propósitos inerentes à pesquisa aplicada, procuramos também influenciar as agendas nacionais de pesquisa, para o que procuramos avançar em discussões teóricas e metodológicas nos principais fóruns científicos das Ciências Sociais e das Humanidades.

Primeiros Estudos: *E nessa mesma linha, existe uma percepção média que busca associar o conceito de violência a um comportamento agressivo imediato, e isso deixa de fora formas mais sutis de disseminação de violência, violência simbólica contra minorias, cerceamento cultural, assimetria muito acentuada de poder econômico. Como o NEV e a pesquisa do senhor procuram redimensionar, dar foco a essas formas mais sutis, mais encobertas de manifestação de violência?*

Sérgio Adorno: Então, um dos objetivos propostos com a criação do NEV foi retirar essa questão da violência exclusivamente do campo criminal? Nós sabemos que vários dos atos criminais são violentos pelos seus efeitos, porque eles agredem a integridade física das pessoas, agredem sua integridade moral, agredem identidades grupais, então nós sabemos que atos escritos no código penal como crimes são violentos. Agora, nem todas modalidades de violência estão inscritas como tal nos Códigos Penais? Sobretudo a chamada violência simbólica. Assim, buscamos igualmente dar visibilidade a essas formas de violências não percebidas ou classificadas como crime. Porque quando se fala em violência, o senso comum a associa quase imediatamente (isto é, sem mediações) com a figura do bandido, o jovem envolvido no mundo do crime, o jovem autor de infração penal. Associa muito com armas, associa muito com determinados ambientes. Muitas vezes faz uma ligação direta entre pobreza e crime. Um exercício intelectual consiste em fazer a crítica radical desse reducionismo; trata-se de mostrar que a violência tem uma significação muito mais ampla do que determinados atos que são explicitamente reconhecidos como violência comparativamente a outros. Por exemplo, eu sempre cito para os meus alunos, e isso acontece no Brasil ainda hoje, de pais que batem nos filhos: no passado, até recentemente, esses atos eram considerados legítimos porque se estava, entre aspas, educando os filhos. Agora, o quanto isso representava, para uma criança, uma dor pessoal? Um sofrimento que ela muitas vezes não conseguia expressar; isso não era levado em consideração. No momento em que se posicionam a criança, o pré-adolescente como protagonistas de sua história, começa-se a dar voz e dar visibilidade a esse sofrimento, aí é inevitável perceber que a violência tem idade, sexo, cor.

Por essa razão, lidar com a questão da violência no campo dos direitos hu-

manos nos parece, teoricamente, mais criativo e cientificamente mais sólido do que restringir a perspectiva teórico-analítica ao campo mais propriamente criminológico.

Um ex-orientando preparou sua dissertação de mestrado a partir de uma pesquisa mais ampla que eu coordenei – o estudo da impunidade penal no município de São Paulo, focalizando os casos de homicídios observados. Ao longo do seu projeto de mestrado, ele observou que homicídio é uma categoria criminal, que escondia uma conflitualidade social. Conflitos sociais, de diferente natureza precedem, por assim dizer, seu desfecho fatal. Observar essas mortes é ir além do fato de que alguém matou alguém; era preciso entender todos os cenários sociais de conflitualidade que levavam a esse desfecho. Então, seu trabalho científico consistiu em retirar esse objeto do campo exclusivamente do crime, para deslocá-lo para o campo do conflito social, o que implicou abandonar a prioridade antes conferida à literatura especializada em homicídios para focalizar a sociologia do conflito social. Deslocamentos dessa natureza resultam justamente do processo de investigação. A pesquisa permitiu-lhe justamente fazer a crítica do reducionismo, fazer a crítica do senso comum e recolocar os objetos num campo que lhe possibilitou compreender a sua natureza, as eventuais causas que produzem os fenômenos, os processos pelos quais esses fenômenos se disseminam em grupos determinados, e assim por diante.

Primeiros Estudos: *Em “Vigiar e Punir”, Foucault levanta a discussão sobre vigilância estatal e disciplina dos corpos que opera via monitoramento (ou sensação de monitoramento) constante. Ele dá o exemplo do panóptico e das câmeras de vigilância. No entanto, com a relativa democratização tecnológica, observamos um “contra fluxo” de vigilância, na medida em que a sociedade civil consegue registrar eventos de brutalidade policial a partir dos seus celulares ou tablets. Recentemente, observamos casos de execução sumária por parte da polícia que foram filmados e posteriormente divulgados em redes sociais, o que gerou razoável repercussão e resultou em inquérito policial contra os PMs. Na sua opinião, essas filmagens amadoras realizadas pela sociedade civil podem, no médio ou longo prazo, contribuir para que haja alguma diminuição dos casos de violência estatal? O senhor enxerga esse movimento de “contra vigilância” nos moldes do argumento foucaultiano?*

Sérgio Adorno: Segundo Foucault, em uma de suas, inúmeras entrevistas, posteriormente publicada em Ditos e Escritos, a era do poder disciplinar, dessa vigilância indiscriminada, terminou no século XIX. Por quê? Porque nós, no mundo contemporâneo e em especial nas sociedades que compõem o hemisfério ocidental norte, incorporamos subjetivamente o desejo de vigilância, ou seja, não há mais necessidade do controle panóptico, o Panóptico já faz parte de nossas individualida-

des e da vida cotidiana, o que se expressa, por exemplo, na atitude, quase normal e regular, de uns ficarem observando o comportamento de outros.. As redes sociais, por mais que elas democratizem o acesso a uma forma de espaço público, elas também produzem esse efeito. Formas de violência também são disseminadas por essa modalidade, como tem sido anotado por não poucos analistas

Contudo, é preciso ainda visualizar a a positividade subjacente a essas tendências. Hoje, nenhum policial que comete violência ou emprega uso abusivo de força se sente completamente impune, isto é, desfruta da garantia da impunidade. No passado recente, esse policial poderia se apresentar à justiça no passado e dizer “Não, isso não aconteceu.” Hoje não tem mais como dizer, porque está filmado, documentado. Então mudou, mudou a relação de força entre a vítima e os agressores, entre os vigilantes e os vigiados. Agora, a possibilidade de se dar visibilidade pública a esses fatos muda as relações de poder, muda as relações dos sujeitos com a verdade. É mais difícil contestar uma imagem da qual muitos são testemunhas. Situações como essas alteram concepções tradicionais de autoridade, obediência e até mesmo de resistência, porque reposicionam questões essenciais das sociedades modernas, tais como responsabilidades e irresponsabilidades, dignidade, respeito. Então a pergunta é como lidar com isso tudo.

Eu acho que hoje nós estamos num período de muita mudança, por isso é muito difícil ver o que vai acontecer depois. Não sei, vão acabar as prisões? Se olharmos o que as prisões fizeram ao longo de toda essa história, diremos: ora, é bom que acabem. Agora, a pergunta é o que nós vamos fazer então. Nós vamos suspender todas as punições, nós vamos ter uma sociedade absolutamente livre, onde as responsabilidades serão de tal maneira introjetadas subjetivamente que ninguém cometerá violências? Chegaremos afinal ao ideal de uma sociedade “sem polícia e sem ladrão” para lembrar o cançãoeiro popular. Eu não sei, isso eu absolutamente não tenho certeza, e eu acho que o Brasil ainda tem um problema de impunidade muito, muito grande. E assim é difícil dizer que vamos abolir todos os atos punitivos, porque os fatos estão aí, por exemplo, homens continuam agredindo suas esposas ou companheiras dentro de casa, crianças continuam sendo assassinadas, barbaridades continuam a ser cometidas por policiais etc. Agora, por tudo isso é preciso debate público que amplie a consciência pública da dinâmica social, dos deveres e direitos, interditando o desejo de vingança como motivo principal da contenção da violência, por exemplo.

Há outro aspecto importante assinalado por Foucault: o livro *Vigiar e Punir* começa com a execução do Damiens, que é uma cena de tortura. Hoje não há mais o espetáculo público da execução; porém, eles foram substituídos por esquadrinhamentos dos corpos dentro das prisões. A violência não acabou, ela se fragmentou

em pequenos atos cotidianos: a violência sexual nas celas, as humilhações, a contaminação. Então, na verdade, o que se vê? Há uma verdadeira explosão de pequenos acontecimentos violentos que tornam a violência tão indesejável como o espetáculo capital. Porém, é uma sorte de violência “douce” para lembrar Bourdieu, simbólica, cujos efeitos políticos são igualmente perversos, pois produzem sujeição, opressão, dominação. Há uma positividade que constitui um novo arranjo de poder, e é necessário entender que arranjo é esse. Para tanto, faz-se necessário uma “atitude crítica”, a possibilidade de poder pensar diferentemente do que se pensa, de surpreender as armadilhas do poder.

Primeiros Estudos: *No Brasil, existe uma associação quase imediata entre prisão e punição: se o indivíduo não vai para cadeia, então isso acaba gerando uma sensação coletiva de impunidade. Considerando essa base cultural, como o senhor enxerga as práticas de alternativas penais ao encarceramento (como monitoramento eletrônico e prisão domiciliar) e formas de justiça restaurativa?*

Sérgio Adorno: Em primeiro lugar, eu acho que nós temos um sistema de justiça extremamente enviesado. Uma parte do sistema de justiça é absolutamente dominado por crimes de baixa gravidade. Muitas vezes, condena-se à prisão o indivíduo que cometeu um furto e que, depois, mesmo tendo já cumprido pena, evoluiu para o roubo. As políticas penais consequentes recomendariam cortar esse curto circuito desde o início. Uma das minhas primeiras pesquisas sobre prisões confirmava o argumento do Foucault: a prisão produz a delinquência. Eu identifiquei casos absolutamente fantásticos nos quais criminosos, julgados e condenados, revelam de tal maneira terem sido socializados no espaço prisional que não querem mais viver fora dos muros, porque fora é perigoso. Na prisão, eles sabem como negociar a vida e a morte e como se defender. Convém observar que essas pesquisas foram realizadas antes da chegada do PCC às prisões. Com o PCC nas prisões outros cenários de controle interno foram construídos.

Um dos condenados observados cumpria sua pena, saía, e continuava se envolvendo no mundo do crime, porque ele estava totalmente socializado nesse mundo. O mundo do crime era seu mundo, era o que atribuía significado à vida dele. Eu perguntei por que [ele continuava cometendo delitos], e ele começou a me dizer que frequentemente saía da cadeia e era perseguido pelas gangues inimigas, os desafetos etc, e quando isso acontecia, ele precisava voltar para a prisão. Eu perguntei: “Mas o que você fazia para voltar pra prisão?”, e ele falou: “Muito simples. Todo os dias eu observava que às 11 horas da manhã passava uma viatura policial na esquina da rua Aurora. Então, o que eu fazia? Eu ia lá e ficava em “atitude suspeita”, daí a polí-

cia entrava e me prendia”. Eu perguntei se ele apanhava nessas ocasiões, e ele disse que apanhava, “levava uns tapas, mas tava no seguro”. Então, a prisão tem isso, ela fabrica a sua reprodução.

Mas, caso se leve em consideração que a prisão fabrica delinquência, esses que saem tendem a voltar e eles voltam porque cometem crimes. A pesquisa que realizei sobre reincidência criminal (penitenciária) não provou que a reincidência é de 90%, como muitos suspeitam. A reincidência é algo em torno de 50%. Na verdade, era 47%, 48 %. Porque a pesquisa sobre reincidência requer metodologia própria: se você for hoje ao hospital, qual seria a porcentagem de reincidentes hospitalares? Uns 90%. São pessoas que estão indo e voltando, indo e voltando. Agora, é preciso calcular aqueles que voltam em relação àqueles que não voltam. No hospital, por exemplo, impõe-se calcular os reincidentes em relação àqueles que foram tratados e não voltaram. O mesmo se aplica no caso da prisão. Eu tinha que comparar os que saíam e voltavam em um dado período, e aqueles que, no mesmo período, não tinham voltado. Alcancei algo em torno de 48%. Bom, isso significa que, a cada dois, um está voltando. É uma taxa elevada? Creio que sim. Eu não posso chegar à conclusão de que o encarceramento de massa é uma política adequada, ao contrário.

Em primeiro lugar, deveríamos ter um sistema de segurança pública e justiça penal que reunisse todos os autores em uma mesma mesa: policiais civis e militares, promotores públicos, juízes, carcereiros, os agentes penitenciários. Deveríamos traçar uma política completa com toda a cadeia do processo, um pouco como você faz na área de saúde, que tem prevenção primária, secundária e terciária. Que significa isso? Por exemplo, vamos supor que, no interior de uma população determinada, em um período também determinado, apenas 5% cometeu crimes de diversa gravidade. Portanto, uma primeira iniciativa, para a qual concorrem ações tanto promovidas pela sociedade civil quanto pelas organizações governamentais, é reforçar políticas preventivas para evitar que essa proporção aumente no tempo, recrutando mais indivíduos entre os segmentos jovens, sobretudo pobres. O que fazer com os 5% envolvido com o mundo do crime? Primeiramente, é preciso estratificar essa população segundo características demográficas e sociais e, sobretudo, segundo a natureza dos crimes cometidos. Vamos ainda supor que, desses 5%, a maior parte – por exemplo, 60% - cometeu crimes de baixa gravidade. Para esses casos, deveriam ser aplicadas preferencialmente penas alternativas à prisão, com algumas restrições de direitos. Ao mesmo tempo, se procuraria prover esse segmento de indivíduos com programas de ação e assistência, inclusive complementação escolar, profissionalização e iniciativas que agissem no sentido de reconstrução de laços com a sociedade civil. Para os reincidentes, no interior dessa população e para os autores de crimes de média gra-

vidade, ainda assim a prisão deveria ser evitada. Deveriam ser planejados programas de acompanhamento ao longo do tempo, inclusive com apoio em terapias se for o caso, de forma a conciliar cumprimento de pena (restrições de direitos, trabalho comunitário etc) com orientações de conduta para a vida civil. Finalmente, para os reincidentes e para os autores de crimes graves, certamente a supressão temporária da liberdade (prisão) se colocaria. Idealmente, esse modelo – prevenção primária, secundária e terciária com forte inspiração em saúde pública – reduziria o número de presos, a superpopulação carcerária, enfraqueceria as organizações criminosas dentro das prisões e permitiria que as autoridades governamentais recuperassem o controle das massas carcerárias. É um exemplo do que se pode discutir quando se coloca em cheque a cadeia criminal atual que leva ao encarceramento, Estou usando uma metáfora médica que não é boa, alguns certamente dirão que estou querendo medicalizar o criminoso. Claro, o risco existe, todavia eu quero dizer o seguinte: poderiam de fato serem adotadas políticas alternativas. Políticas alternativas têm que ser fiscalizadas, para que o sistema de justiça criminal não caia no descrédito. Esse modelo ideal poderia reduzir ainda mais a proporção de envolvidos no mundo do crime, de 5% para 3%, por exemplo, ampliando os sentimentos coletivos de segurança da sociedade como um todo. Eu estudei o caso francês. Por volta de 1850, havia naquele país proporcionalmente tantos crimes como existem hoje no Brasil. Durante cem anos, foram sendo introduzidas reformas no sistema de justiça criminal de forma a reduzir a criminalidade e aumentar a certeza de punição para crimes graves. Na França, grosso modo, as infrações de baixa gravidade – a chamada delinquência – como arruaça nas ruas, quebra de vitrines, pequenos furtos etc, são julgados por tribunais locais, quase administrativos, não entram propriamente no fluxo do sistema de justiça criminal. E o que vai para o sistema de justiça? É o que eles chamam de “crime”, como o roubo à mão armada, por exemplo. São os crimes graves que o sistema vai filtrando. E lá, há outras modalidades de ação: de um lado, a polícia francesa investiga as ocorrências, mas todo o controle da atividade policial é feita pelo Ministério Público; outro aspecto interessante é que o juiz que instrui o processo não é o juiz que julga, o que torna o sistema de justiça criminal mais confiável junto aos cidadãos porque a isenção na aplicação da lei é assegurada. Então, em 100 anos, eles conseguiram fazer o seguinte: para cada vinte crimes que entram no sistema, 19 são necessariamente condenados. Não é o quantum da pena ou sua aplicação sob condições demasiado rigorosas que importam, mas a certeza de que nenhum crime, menos ou mais grave, deixará de merecer ao menos uma sanção. A ameaça de sanção tem efeito dissuasório. Esse efeito me faz pensar, por exemplo, que é melhor parar o veículo diante de uma faixa de segurança para pedestres do que aproveitar

o semáforo que vai fechar e se antecipar, podendo provocar acidentes. A vida dos pedestres e mesmo de outros condutores de veículos é um bem que não pode estar sob risco. Esse efeito dissuasório, quando bem administrado, pode ampliar a consciência pública de quais valores são considerados quase absolutos em nossas sociedades.

Primeiros Estudos: *Os índices de criminalidade na América Latina são extremamente altos: as taxas de homicídio no Brasil, na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala estão entre as mais altas do mundo. Existe algum tipo de intercâmbio de pesquisa sobre violência entre esses países? Como podemos compartilhar informações e investigações de modo a disseminar boas políticas públicas?*

Sérgio Adorno: Eu diria que existe. Na América Latina, quem mais avançou nessa área sem dúvida alguma foi o Brasil. Se tomarmos, como referência, o número de pesquisadores qualificados, o de estudos que são publicados e divulgados, de centros de investigação, estamos certamente à frente. Mas, é forçoso reconhecer a existência de grupos importantes de investigação, especialmente na Argentina, Colômbia, Venezuela e Chile. Na Colômbia, a experiência no enfrentamento do tráfico e a oposição armada despertou e estimulou o interesse acadêmico, favorecendo o acúmulo de conhecimento muito importante. A Venezuela também tem grupos de pesquisa, idem Equador. Mas o Brasil, que conta com um sistema universitário consolidado, vem acolhendo a constituição de grupos de pesquisa com o propósito de aliar conhecimento às políticas públicas de promoção de direitos e de segurança. Por exemplo, pode-se que o que se passa em São Paulo, no domínio do crime e da segurança pública, não é necessariamente o que se passa no resto do país; embora o fenômeno do crime organizado nas prisões em São Paulo esteja se espalhando para outros estados da Federação. Esse conhecimento vem sendo divulgado tanto em eventos organizados para públicos acadêmicos como para públicos não-acadêmicos. Nos eventos, nos seminários, congressos latino-americanos, brasileiros, e nos congressos internacionais é possível avaliar avanços e agendas de pesquisa, inclusive comparativa, para as próximas décadas. Eu tenho alguns contatos latino-americanos, mexicanos principalmente. Há vários colegas meus no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, que tem conexões muito importantes com América Latina. Em algumas sociedades, a polícia é tão violenta quanto, mas ela é mais controlada. Em outras, é menos controlada. Pesquisa comparativa, com o rigor metodológico requerido, vem se constituindo em procedimentos cada vez mais recorrente.

Outro cenário muito diferente é o que se passa na América Central, porque nessa região o crime organizado e as disputas entre quadrilhas envolvendo jovens, sobretudo migrantes e filhos de migrantes que foram expulsos dos EUA, apresentam

muitas singularidades. Não conheço tanto a realidade social nessas regiões. Porém, me parece – posso estar equivocado – que as marcas identitárias são muito mais acentuadas do que no Brasil. Tatuagens, por todo o corpo, representam o pertencimento a uma gangue, que se distingue radicalmente de outra, sua inimiga nos negócios ilegais. O sentimento de segregação parece ser muito arraigado. No Brasil, há também marcas identitárias mas o esforço para se reconhecer como parte legítima da sociedade brasileira é destacado. Eu me lembro de uma situação que pode ilustrar o que estou dizendo. À época do lançamento do filme *Cidade de Deus*, um jovem, que parecia estar envolvido no tráfico de drogas no Rio de Janeiro, estava na fila aguardando entrar no cinema quando foi preso pela polícia. Entrevistado, ele disse algo como: “Eu sou um cidadão como outro qualquer, eu tenho namorada, eu gosto de cinema e quero saber o que esse filme vai falar sobre nós.”. Manifestações como esta sugerem que tais jovens não querem ser vistos como se estivessem à margem ou à parte da sociedade, e com ela se confrontar; situações como esta sugerem desejo de integração à sociedade, ainda que por caminhos tortuosos. Claro, posso estar equivocado, há muito tempo que eu não tenho ouvido e conversado com esses jovens. Vejo os novos estudos que estão sendo realizados, alguns dos quais por ex-orientandos, e suspeito que há profundas mudanças em curso que precisam ser decifradas. Aliás, essa é nossa missão como sociólogos.

Primeiros Estudos: *O último Infopen Mulheres diz que 58% das mulheres presas no Brasil estão encarceradas por tráfico de drogas, um tipo penal que não é intrinsecamente violento. Além disso, observamos uma flexibilização legislativa sobre o consumo de drogas em vários países do mundo, como no Uruguai, em Portugal, no Colorado-EUA. Uma política de drogas mais liberal é uma resposta eficiente para a diminuição das taxas de criminalidade? Existe pesquisa científica robusta sobre os casos de criminalização/legalização?*

Sérgio Adorno: Essa política, do jeito que está sendo implementada como uma sorte de “guerra às drogas”, tem produzido efeitos muito perversos. Por exemplo, um jovem na faixa etária dos 20-25 anos, casado ou com uma relação conjugal estável, filhos pequenos, é preso portanto uma quantidade de droga ilícita. Embora ele possa alegar que a quantidade fosse para seu consumo pessoal, em geral esse fato será enquadrado, na polícia e depois reconhecido na esfera judicial, como tráfico. Em geral, ele não é chefe ou gerente do tráfico, é jovem que está fazendo comércio para obter rendimentos. Aí ele cai. E alguém precisa assumir o lugar, precisa levar dinheiro para dentro da prisão. Então as mulheres, esposas ou companheiras, começam a substituí-los na venda de drogas. Logo, a mulher é presa. O que acontece? Alguém

precisa substituí-la. Se os filhos estão crescendo, se tem um mais velho, é ele que vai tomar conta do negócio. Quando ele não consegue, é a avó. Se você for hoje em várias prisões, verá senhoras entre 40 e 50 anos que estão sendo presas, porque elas estavam na reprodução do ciclo. Então essa política é perversa. Pune no encadeamento do ciclo de criminalização do consumo e do pequeno tráfico.

Agora, eu também não tenho muita certeza para afirmar o tráfico não produz violência. Em dois sentidos: o primeiro deles é que geralmente quem é preso é o garoto ou mulher que está ali fazendo aquele tráfico. Esses geralmente não estão envolvidos [com violência], mas quem está financiando tudo isso está com armas e, se houver conflito de território, isso se resolve na guerra. É preciso ter clareza disso. A outra coisa é que o tráfico se movimenta à base de compra de pessoas, sobretudo autoridades. Uma parte, cuja magnitude não sei precisar, de policiais civis e militares estão envolvidos com o tráfico, de acordo com levantamentos realizados por órgãos oficiais inclusive as Comissões Parlamentares de Inquéritos tanto nas casas legislativas estaduais quanto federais. Esse envolvimento, mesmo que de um pequeno número de agentes públicos, entre os quais policiais e agentes penitenciários, está tornando todo o sistema de justiça criminal mais frágil, o que é uma forma de violência também. Não é imediata, mas no encadeamento desses processos é inegável reconhecer que a essa sorte de envolvimento características de comportamento violento.

Portanto, os efeitos da política de combate às drogas, tal como vindo sendo implementada há décadas, produz efeitos muito mais adversos. O que precisa ser feito é o que já está sendo feito, uma ampla discussão. Não se pode esquecer que o Uruguai é uma sociedade com poucos milhões de habitantes, não é o Brasil. Temos imensas fronteiras e muitas singularidades quanto às organizações policiais e judiciais

A segunda coisa que é preciso colocar no debate: vamos supor que haja uma liberação das drogas, que resulte de imediato um pico de consumo e, conjuntamente, um grupo de pessoas dependentes. Não estou dizendo que isso vá acontecer, mas não se pode ignorar que isso possa acontecer. Nós, os nossos filhos pertencentes aos estratos sociais médios e elevados da sociedade, vamos procurar clínicas particulares para desintoxicação etc. E os outros jovens que moram nos bairros onde predominam precárias condições de vida e de proteção social? Eles vão depender do SUS. O SUS tem condições de atender essa população? Nós vamos criar uma nova forma de desigualdade: aqueles que serão tratados e aqueles que não serão; aqueles que poderão ter sua vida preservada, e os que não terão. Isso tem de ser colocado no debate, como vamos lidar? É preciso, no debate público, levar em conta essas questões sob o risco de uma política inovadora, planejada para reduzir danos e os problemas de violência que a guerra às drogas provoca, produzir efeitos inesperados, acentu-

ando desigualdades sociais. Sabemos que conviver com dependentes crônicos é um enorme fardo para famílias, especialmente as de baixa renda.

Por isso, é preciso estimular o debate entre aqueles que defendem o uso recreativo das drogas e os proibicionistas, alguns dos quais enfatizam os danos à saúde pública. Uma outra questão. Eu estou orientei tese de doutorado, recentemente defendida (2016) que mostra que a lei atual, embora preveja a distinção entre consumidor e traficante, não está sendo rigorosamente respeitada no sistema de justiça. Por quê? Porque a base do sistema de justiça é o depoimento do policial, e tudo o que o policial fala é tomado como “digno de fé” e, portanto, se torna verdade jurídica. Esse peso do testemunho policial leva com muita frequência à punição em regime fechado, fomentando o encarceramento e alimentando o fortalecimento do crime organizado no interior das prisões. Minha posição é o seguinte: é necessário desmontar essa política atual do encarceramento, da punição centrada na supressão da liberdade, da guerra às drogas. Ao mesmo tempo, é preciso ter clareza sobre os possíveis significados da liberação, da flexibilização, da descriminalização. Há experiências internacionais, como a liberação controlada do uso de drogas na Holanda, que deram certo, mas a experiência na Alemanha não obteve o mesmo êxito, suscitando os conhecidos efeitos perversos, entre os quais uso abusivo com riscos à saúde, envolvimento de policial nesse mercado, crescimento da chamada delinquência urbana em torno de furtos, fraudes, roubos. Pessoalmente, fico muito preocupado com os jovens que moram nos bairros que compõem a chamada “periferia”, porque esses poderão eventualmente permanecer como os mais prejudicados por políticas mal elaboradas ou planejadas. Eu não tenho certeza, pode ser que nada disso aconteça, pode ser que nós tiremos esse problema da frente, mas e se acontecer?

Primeiros Estudos: *Para finalizar: aqui no Brasil, temos mecanismos de seletividade penal bastante excludentes, como demonstra o perfil sociodemográfico dos rapazes que estão nas cadeias, que é bastante específico. São jovens, na maioria pardos e negros, do sexo masculino e provenientes de certa vulnerabilidade social. De que maneira a cadeia é um microcosmos que remete e reproduz as assimetrias que vemos na sociedade brasileira?*

Sérgio Adorno: Não é uma resposta simples. Tanto o Código Penal quanto o do Processo Penal se baseiam no princípio de que a lei é igual para todos, independentemente de clivagens sócio-econômicas, como riqueza, poder, classe social. O problema não reside nos preceitos legais, todavia como as leis são interpretadas pelos operadores técnicos e como o processo penal é conduzido; o campo penal é, por excelência, um campo disputas: se você possui bons recursos, se argumenta

bem, você tem maiores chances de se sair melhor diante da sanção punitiva; se não tem, as chances de ser punido são muito grandes. Muito do que eu estudei tem a ver com tais questões, a lei está lá, o recurso está lá, mas o indivíduo não tem a defesa que lhe garanta o mesmo direito que os outros têm. É um campo de disputa, em que se disputa privilégios para uns e direitos para outros. A lei é aplicada para alguns e para outros não é aplicada.

A pesquisa que eu fiz sobre a questão racial, comparando as sentenças aplicadas para crimes de roubo qualificado praticados por réus brancos e negros, indicou maior a proporção de negros condenados em relação aos brancos. Para se ter uma ideia, eram cerca de 68% de negros condenados, enquanto apenas 59% dos brancos eram sentenciados pelo mesmo tipo de crime. Porém, eu não consegui provar, para responder à sua pergunta, se [os brancos] eram privilegiados por uma aplicação enviesada da lei; ou se, pelo contrário, os brancos eram submetidos à lei como se esperava que fosse conforme os preceitos contidos no Código do Processo Penal, e comparativamente os negros eram mais punidos com maior rigor. Eu não consegui porque a pesquisa não foi desenhada para responder a essa pergunta; para tanto, teriam sido necessários outros procedimentos de pesquisa.

O que pareceu claro: não é tanto o tempo da pena que é importante, já que esse tempo é mais ou menos igual para réus brancos e negros, mas sim a proporção maior de negros condenados em circunstâncias semelhantes à dos brancos. O problema não é a lei em si, mas como as disputas ao redor da aplicação da lei levam a uma direção ou a outra, favorecendo réus brancos e desfavorecendo réus negros. Uma das constatações resultantes da investigação é a maior incidência dos defensores brancos. Raramente havia operadores técnicos do direito penal (promotores, juízes) e advogados de defesa ou defensores negros. E os réus negros muitas vezes dependiam de advogados custeados pelo Estado, porque eram mais pobres que os brancos, embora essas diferenças não fossem muito gritantes. E, como não havia muitos defensores negros, é possível suspeitar que a ligação de réus brancos e réus negros com o mundo dos direitos é também diferente. Possivelmente, para os réus negros seus vínculos com esse mundo da proteção das leis se lhe apresentassem como mais frágeis, ou seja, eles já entravam no sistema menos protegidos pelas leis do que os brancos entram. Certamente, é uma hipótese que precisa ser melhor aprofundada. Ela diz respeito não apenas às diferenças socioeconômicas entre réus brancos e negros (embora, como já dito, não tão salientes), mas antes de tudo ao modo como esse mundo do direito se efetiva. E essa efetivação do direito, pelo que percebi, funciona de modo que os brancos acabavam se valendo melhor dos recursos judiciais disponíveis do que os negros. Trata-se de uma forma de desigualdade, a desigualdade de direitos.

Então eu creio que essas observações podem ser constatadas em outras esferas institucionais. Você olha para as prisões e é difícil negar a grande presença de réus negros comparativamente a brancos. Eu gostaria muito de poder viver na sociedade brasileira com a eliminação dessa modalidade de desigualdade, preconceito e mesmo racismo. Gostaria de presenciar a aplicação universal das leis independentemente de clivagens étnicas ou raciais. Porque esse é o problema, consiste em assegurar que todos tenham igual direito de defesa. Que todos os que cometeram crimes, ricos ou pobres, brancos ou negros, sejam julgados segundo critérios universais e desfrutem igualmente do direito à defesa.

Primeiros Estudos: *Muito obrigado, professor! Gostaria de fazer alguma consideração final?*

Sérgio Adorno: Eu gostaria de agradecer. Sabe, eu gosto muito da graduação, ela é decisiva para a formação acadêmica, científica e profissional. A pós também, também gosto bastante, mas acho que é na graduação que você introduz e estimula alunos à pesquisa. Comparativamente ao tempo em que fiz a graduação, nos anos 70 do século passado, eu observo hoje mais e mais alunos da graduação envolvidos com pesquisa. É claro que é melhor o acesso às informações, houve sensíveis melhoras na formação no curso médio, ao menos para os alunos que ingressaram na USP. Quando eu era jovem, a escola pública era de boa qualidade. Presentemente, será preciso um enorme esforço para recuperar essa qualidade. Todavia, há sinais de mudança em curso. No mais, entendo que a revista é um meio de aprendizado muito importante. Introduz os alunos no aprendizado da comunicação científica e, se há comunicação científica, é porque há investigação científica. Então, como vocês estão sendo preparados para isso, desejo muita sorte e muito obrigado.